



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

**A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA
NA OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO EDUCAÇÃO
DE TEMPO INTEGRAL**

NILCE APARECIDA VILAÇA CARVALHO

BELO HORIZONTE, 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

**A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA
NA OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO EDUCAÇÃO
DE TEMPO INTEGRAL**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Denise França Stehling do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

Nilce Aparecida Vilaça Carvalho

**A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA
NA OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO EDUCAÇÃO
DE TEMPO INTEGRAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 01 de agosto de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Charles Moreira Cunha – Avaliador

Prof. Denise França Stehling – Orientadora

Nilce Aparecida Vilaça Carvalho - Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família por entender muitas vezes a minha ausência nos finais de semana e ainda pelas palavras de incentivo, em detrimento da dedicação ao curso.

À memória dos familiares que nos deixaram no ano de 2014, entes queridos, que sempre acreditaram nas minhas possibilidades e enobreceram minhas virtudes.

À Nádia Cristina, amiga e companheira de todos os dias, pelo exemplo de profissionalismo, dedicação e sobretudo por fazer acreditar que só se faz educação por amor.

À todos os educadores, funcionários, alunos, professores, parceiros e comunidade da Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira pelo carinho e aprendizado.

AGRADECIMENTOS

Ao nosso bom Deus, pelas bênçãos de sempre.

Aos meus filhos pelo amor incondicional, inspiração da minha existência.

Ao meu marido, pela presença e apoio.

À professora Ariadia, pela confiança, disponibilidade e carinho.

À professora Denise pelas orientações e presteza.

Ao professor Alexandre Soares e à coordenadora Patrícia Carvalho, que foram mais que educadores nesse caminho, foram amigos, ponto de apoio e terapeutas na arte de viver. Souberam entender, dizer as palavras certas nos momentos mais difíceis, me levantando sempre e acreditando que eu daria conta. A vocês, meu eterno carinho e gratidão.

“Uma educação de qualidade precisa ser garantida nos espaços escolares e não-escolares, visando à formação integral do cidadão para que ele possa fazer valer os demais direitos, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda.”

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho aborda o modelo de gestão escolar democrática, exercido pelos gestores da Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira, descreve sua importância na operacionalização do projeto Educação de Tempo Integral. Relata a experiência da instituição com o desenvolvimento de uma proposta de tempo integral desde 1998 e aponta estratégias possíveis de ações junto à comunidade e parceiros para garantir uma educação de qualidade e igualitária. Propõe reflexões acerca de atitudes e conceitos de educação integral, sempre com o apoio de referenciais teóricos que contribuem significativamente para as diversas possibilidades de se colocar em prática a tão almejada gestão democrática e o atendimento em tempo integral.

Palavras chaves: gestão escolar democrática e educação integral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA NA OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL	10
1.1. Gestão escolar democrática	10
1.2. Breve histórico da educação de tempo integral na escola	12
1.3. Barragem Santa Lúcia: espaço de viver e aprender	13
2. FORMAÇÃO HUMANA E EDUCAÇÃO INTEGRAL: O PAPEL DO GESTOR	15
2.1. Projeto Educação em Tempo Integral e a ação da gestão escolar	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	21
ANEXO	
Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira	23

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz uma abordagem sobre o modelo de gestão escolar democrática e sua importância na operacionalização do projeto de educação de tempo integral na Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira.

A Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira localizada na Barragem Santa Lúcia, fundada em março de 1963, atende aos alunos do Aglomerado Santa Lúcia. São alunos de 6 a 12 anos de idade que cursam o primeiro e o segundo ciclo alfabetização, dentre eles há alunos deficientes.

A maioria desses alunos permanece nove horas diárias na escola, participando das atividades propostas pelo projeto de educação integral. As famílias são todas moradoras do Aglomerado Santa Lúcia - Morro do Papagaio, local de grande vulnerabilidade social, conhecido como uma das comunidades mais violentas e carentes da região metropolitana de Belo Horizonte.

O ano de 2014 finalizou com o funcionamento de treze turmas do ensino regular com 310 alunos e dez turmas do projeto de Educação de Tempo Integral com 249 alunos, organizados em dois turnos (matutino e vespertino).

A equipe da escola e comunidade escolar participaram, sob a orientação da direção, da reescrita do Projeto Político Pedagógico durante o segundo semestre de 2014, o que muito enriqueceu as discussões tanto pedagógicas como as demandas da comunidade que estão ligadas ao cotidiano escolar.

Para isso, foram considerados os inúmeros aspectos vivenciados pelos funcionários da escola, comunidade e parceiros. Todos esses agentes, juntamente com a Secretaria de Estado de Educação tem garantido a operacionalização do projeto desde o ano de 1998. São dezessete anos que escola conta com funcionamento do projeto que inicialmente fora denominado *Projeto "Reinventando a Escola"*, criado e implantado para atender uma demanda da comunidade e da escola.

A metodologia utilizada neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), foi a pesquisa bibliográfica e documental centrada basicamente nos autores Paulo Freire (1998), Cavaliere (2002), Luckesi (2007), Jaqueline Moll (2013), Dourado (2006) e Paro (2003). Tais teóricos são contribuintes em potencial, no que se refere à educação e a importância da educação de tempo integral

enquanto política pública para garantir uma educação de qualidade e igualitária às crianças.

A proposta desse TCC está em consonância com o Projeto Político Pedagógico principalmente nos eixos “Currículo” e “Tempos e espaços escolares”.

Inicialmente, foram feitas algumas digressões sobre as legislações que garantem o direito à educação de tempo integral como política pública, como também um relato da história da escola como uma das pioneiras do estado de Minas Gerais em implantar a proposta de educação de tempo integral no seu Projeto Político Pedagógico.

Em seguida, este Trabalho de Conclusão de Curso situa a Barragem Santa Lúcia enquanto território gerador de espaços educativos para viabilizar o desenvolvimento de diversas oficinas propostas pelo projeto e aborda a ação do gestor no desenvolvimento do *Projeto Estratégico Educação em Tempo Integral* e na formação humana. Por fim, evidencia o modelo de gestão democrática na referida escola, bem como sua importância para o desenvolvimento operacional do projeto, o que tem garantido o direito à educação integral e formação plena das crianças.

1. A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA NA OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL

1. 1. Gestão escolar democrática

A gestão democrática do ensino público no Brasil é um dos princípios constitucionais assegurados no artigo 206 da Constituição Federal Brasileira de 1988 e também estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB / Lei 9394/1996), que menciona em seu artigo 14º :

os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na Educação Básica de acordo com as suas peculiaridades, conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da Educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996)

Ainda nesse sentido o Plano Nacional de Educação (2011) descreve:

a gestão democrática dos sistemas de ensino é entendida como “uma das dimensões fundamentais que possibilitam o acesso à educação de qualidade”, à formação para a cidadania e como “princípio da educação nacional” da elaboração de “planos de desenvolvimento educacional” e de “projetos político - pedagógicos participativos” (BRASIL, 2011).

É fato que a gestão democrática no Brasil é garantida através de legislações. No entanto o que se vê, na prática, é desafio da construção do processo democrático nos sistemas de ensino público no Brasil, sendo ainda um grande aprendizado diante das questões encontradas no cotidiano escolar.

Sabe-se que a gestão democrática da escola é fundamental para garantir o direito à educação para todos com ensino de qualidade, fortalecendo a ideia de pertencimento do território pela comunidade local, promove a inclusão e diminuindo as desigualdades sociais e culturais. Como destaca Paro (2003, p.27), cabe a escola:

se aproximar da comunidade, procurando escutar seus reais problemas e interesses de forma a facilitar e gerenciar o processo de mudança de paradigma de um regime paternalista e burocrático para um ambiente educacional de superação desses condicionantes de imposição, permitindo a livre participação coletiva dos atores sociais,

forma interdependente, e, acima de tudo, verdadeiramente democrática. (PARO, 2003, p. 27)

Nessa perspectiva, a gestão escolar da Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira desde o início da década de 1990 tem rompido com o modelo de diretor de escola cujo papel era apenas administração de pessoas, documentos e questões corriqueiras, totalmente centralizadoras no ambiente interno da instituição.

Naquela época a comunidade já demandava outro tipo de gestão, pois os problemas enfrentados pela comunidade, dentre eles a violência doméstica, uso abusivo de drogas no entorno e alto índice de vulnerabilidade social, refletiam substancialmente na escola ocasionando alto índice de evasão e repetência como também uma ausência das famílias na vida escolar dos alunos.

A partir de então, a política de convivência passou a ser vivenciada através de encontros sistemáticos envolvendo todos os segmentos da escola e também da comunidade tornando um só grupo na identificação, formulação de ações e estratégias que atendessem tanto as demandas internas da escola como da comunidade. Com isso, a escola elencou ações que conduzem à uma participação efetiva de todos os segmentos na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), bem como focalizou seu olhar nas reais necessidades da comunidade.

A escola, no cumprimento de seu papel e na efetivação da gestão democrática, precisa não só de criar espaços de discussões que possibilitem a construção do projeto educativo, por todos os segmentos da comunidade escolar, como consolidá-los como espaços que favoreçam a participação (DOURADO, 2006, p.10).

Nesse sentido, a escola tem se solidificado como espaço de diálogo e atuação da comunidade da Barragem Santa Lúcia. Através do fortalecimento do colegiado escolar e da participação de representantes da comunidade que tem sido possível o desenvolvimento de um trabalho coletivo e significativo que tem contribuído para a identificação e solução de problemas e/ou conflitos que permeiam o cotidiano da vida escolar e da comunidade.

Vale destacar algumas das entidades que estão sempre caminhando juntas com a direção da escola como por exemplo o Centro de Referência de

Assistência Social (CRAS), Superintendência de Limpeza urbana (SLU), Programa Fica Vivo e Centro de Saúde Santa Lúcia.

1.2. Breve histórico da educação de tempo integral na escola

Desde o ano de 1998 a Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira trabalha na perspectiva de educação de tempo integral com ampliação do tempo escolar. Naquela época fez-se necessária a elaboração de um projeto que atendesse à uma demanda da comunidade, pois a mesma vivenciava momentos críticos de violência e marginalidade e, conseqüentemente a escola apontava um grande número de criança com baixo desempenho escolar e altos índices de evasão.

Ao longo desses dezesseis anos, a escola tem conseguido atender um grande número de alunos no contra turno, oferecendo também almoço. Muitos desafios foram enfrentados, pois inicialmente contava-se apenas com a designação de professores oferecidos pela Secretaria de Estado de Educação. Somente após o ano de 2005 esse atendimento integral tornou-se uma proposta de política pública, o que veio a garantir recursos para merenda e manutenção. Nesse intervalo, todas as despesas eram angariadas através de parcerias e doações.

A escola tem baixar seus muros para não ser um simulacro da vida real. Trata-se pensar a educação desde a perspectiva do território e ampliar este mapa para além do espaço físico em que vivemos, no âmbito da saúde, da cultura, do meio ambiente para que nossos teatros, cinemas, praças e bibliotecas sejam tomadas por crianças e adolescentes (MOLL, 2013, s/p.)

Nessa perspectiva, a gestão da escola precisa se colocar no papel de articuladora dos diversos segmentos da escola, envolvendo-se com a história de vida dos alunos e também fazendo parte verdadeiramente de seu território. Com isso, a instituição conquistou o respeito e a confiança e hoje, representa para as famílias e comunidade, um ambiente que acolhe e cuida de suas crianças compreendendo a escola como um espaço de diálogo e aprendizado, o que tem tornado o fazer pedagógico um trabalho integrado.

1.3. Barragem Santa Lúcia: espaço de viver e aprender

Enquanto prática para a operacionalização da educação integral, têm-se buscado garantir através de planejamentos, reflexões e decisões coletivas, o desenvolvimento de uma proposta de construção de aprendizagens referendada na prática de oficinas ricas e criativas não só nos ambientes internos da escola como também no seu entorno social, histórico e cultural. Entende-se que a criança antes mesmo de iniciar sua vida escolar já vivencia grandes situações de aprendizagens principalmente as crianças da comunidade que normalmente tem nos becos, várias experiências de vida.

O espaço retrata a relação pedagógica. Nele é que nosso conviver vai sendo registrado, marcando nossas descobertas, nosso crescimento, nossas dúvidas. O espaço é o retrato da relação pedagógica porque registra, concretamente, através de sua arrumação [...] e organização [...] a nossa maneira de viver esta relação (FREIRE, 1993, p. 96).

Nesse sentido, a gestão da escola, agindo de forma democrática na perspectiva do diálogo e da escuta, tem trabalhado para que a relação dos espaços da comunidade esteja sempre aliada aos projetos propostos, e isso tem desenvolvido nos alunos o sentimento de respeito, valorização e pertencimento. Esses sentimentos são demonstrados na mudança de atitudes dos alunos quando expressam a vontade e o prazer de utilizar os espaços, fato que antes causava medo e até mesmo recusa.

Nos últimos anos, a escola tem ocupado o auditório do batalhão de polícia para aulas de coral, a Casa do Beco participando de apresentações de teatro e exibição de filmes, o Centro Catequético com oficinas de reforço escolar e os campos de futebol para prática de esporte. Nesses espaços são oferecidas as atividades que pertencem ao tempo integral e que acontecem em consequência das parcerias com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Paróquia Nossa Senhora Rainha do bairro Belvedere e, também com representantes das instituições mencionadas.

A escola deixou de ser o único espaço na concretude de espaço educativo, e agora o ato de aprender é pensado além das salas de aula,

considerando outros ambientes de convivência como um espaço onde se constrói saberes e fazeres.

As aulas do Coral acontecem no auditório do 22º Batalhão da Polícia Militar atendendo a quarenta e oito alunos. As oficinas de reforço escolar e atendimento psicopedagógico acontecem toda sexta-feira no Centro Catequético situado à Rua Principal do Morro do Papagaio. Os alunos atendidos são agrupados observando as demandas e prioridades de acordo com o ano de escolaridade e necessidades específicas de aprendizagem. A média é de dez alunos em cada ciclo de atendimento. As pessoas envolvidas nesse processo são profissionais voluntários.

2. FORMAÇÃO HUMANA E EDUCAÇÃO INTEGRAL: O PAPEL DO GESTOR

De acordo com Moll (2011) "a educação integral se faz na sociedade, a criança não depende apenas do educador. Precisamos superar esse modelo de escola que já dura 300 anos".

A educação pode ser considerada integral, quando envolve todas as dimensões humana, sócio-econômica e cultural que compreende o processo de vida do ser humano. A escola que se propõe a implantar e ou implementar uma educação de tempo integral deve necessariamente instituir uma nova visão do que seja educar. Para promover esse modelo de educação o ambiente escolar deve se expandir para os ambientes sociais envolvendo territórios mais amplos, onde todas as dimensões humanas podem e devem ser desenvolvidas com a presença de diversos ambientes e atores educativos.

Segundo (FREIRE, 2000) o ato educativo é comum ao ser humano e, por sê-lo, torna-se tão presente na vida de todos. Partindo dessa premissa, a Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira tem desenvolvido suas propostas de trabalho, sempre contando com a ação da gestão enquanto elemento de articulação entre os envolvidos para garantir o processo educativo compartilhado, promovendo a construção de aprendizagens e contribuindo para a formação dos alunos no exercício da cidadania, sendo sujeitos de suas próprias ações.

Na elaboração do Projeto Político Pedagógico, a gestão da escola prima pela articulação de ações e estratégias que contemplam os diversos segmentos da escola e comunidade para que todos possam participar ativamente da sua construção, aplicação, acompanhamento, avaliação e o desenvolvimento de uma proposta de trabalho pautada na formação humana e plena em acordo com os objetivos centrais do projeto de educação integral e essa interlocução se efetiva principalmente pelo modelo de gestão democrática vivenciado pela escola. A gestão da escola acredita que é nessa dinâmica que as diversidades são contempladas e nelas e com elas se concretizam uma educação de qualidade e equidade.

Garantir uma educação de qualidade aos nossos alunos é o princípio primordial que permeia a nossa escola. O trabalho desenvolvido na Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira visa atender todas as etapas de desenvolvimento e processos da formação humana do estudante, considerando os princípios da cidadania e oferecendo alternativas de procedimentos didáticos específicos, diversificados, adequados, bem como a aquisição de habilidades e competências necessárias para sua vivência dentro e fora do ambiente escolar. (BELO HORIZONTE, 2014, p.5).

Nesse cenário a educação se faz baseada numa pedagogia dialogada com os diversos interesses e demandas da comunidade, num currículo que contempla a base comum e a parte diversificada referendada nos temas transversais, com ênfase na saúde, pluralidade cultural, ética e cidadania, onde tudo e todos convergem para oferecer e garantir oportunidades de aprendizagem dentro e fora dos muros da escola.

somente será democrática a escola que permita contatos politicamente produtivos entre as diferentes culturas e classes. No Brasil, a gestação de uma nova identidade para a escola fundamental impõe que se criem condições para o estabelecimento de um convívio intenso, autêntico e criativo entre todos os elementos da comunidade escolar. Ou seja, é preciso que a escola seja um ambiente onde crianças e adultos vivenciem experiências democráticas. (CAVALIERE, 2002, p. 267)

Em consonância com o pensamento da autora, a gestão da Escola Dona Augusta Gonçalves Nogueira tem assegurado o direito de participação da comunidade dentro do ambiente escolar bem como desenvolvido momentos sistemáticos durante o ano onde é preservada a vivência de práticas democráticas.

Para ilustrar, ressalta-se o trabalho desenvolvido entre a escola, a comunidade e a URBEL (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte), que tem causado alguns transtornos na vida das pessoas da comunidade e mudanças no território que elas vivem, ou seja, além de alteração de endereço, vários aspectos inclusive emocionais, tem aflorado nas tomadas de decisão e, a escola tem sido palco dessa experiência.

2.1. Projeto Educação em Tempo Integral e a ação da gestão escolar

O documento “Projeto Estratégico Educação em Tempo Integral” que norteia o funcionamento da educação de tempo integral nas escolas públicas do estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2013, p.4) ao descrever as diretrizes para a implantação do Projeto cita como objetivo geral: “Ampliar as oportunidades educacionais dos alunos, visando a formação de novas habilidades e conhecimentos, pela expansão do período de permanência diária nas atividades promovidas pela escola.”

Como a Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira já tem uma vasta experiência no que se refere à educação em tempo integral, atualmente, muitos desafios ainda enfrentados por muitas escola mineiras já foram vivenciados e a grande maioria deles já solucionados.

De fato já se percebe grandes avanços. No entanto ainda há muitos outros desafios e, o maior deles é o de aumentar os índices de proficiência em Português e Matemática atingindo as metas estabelecidas pelo estado, pois esse é um dos resultados esperados com a operacionalização do projeto na escola, segundo registrado no documento norteador acima mencionado.

Cabe ao gestor escolar promover o debate da Educação Integral nas reuniões pedagógicas e de planejamento, uma vez que a Educação Integral representa o debate sobre o próprio projeto pedagógico da escola, da organização de seus tempos, da relação com os saberes e com os espaços potencialmente educacionais da comunidade e da cidade. O diretor da escola deverá, também, incentivar a participação, o compartilhamento de informações com professores, funcionários, estudantes e suas famílias além de promover a participação de todos os segmentos da escola nos processos de tomada de decisão, de previsão de estratégias para mediar conflitos e solucionar problemas. O resultado esperado é o envolvimento de toda a comunidade, em especial dos estudantes, em um ambiente favorável à aprendizagem (MINAS GERAIS, 2013, p. 16).

Nessa perspectiva, a direção da escola têm-se mobilizado através de reuniões com os diversos segmentos da escola, inclusive com o colegiado escolar com objetivo de haver um envolvimento da proposta do Projeto e sua operacionalização. As demandas e os desafios são vários, dentre eles, a formação dos professores, a busca de uma prática educativa que não seja uma repetição da sala de aula, desenvolver projetos de estudo que contemple verdadeiramente assuntos de interesse do grupo e que contribua para a

formação de cidadãos críticos e participativos e que façam a diferença na comunidade em que vivem. Assim, a gestão busca cumprir o seu papel de articulador e tendo em vista garantir uma educação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivenciar um modelo de gestão compartilhada tem sido uma dinâmica e também um aprendizado diante dos desafios diários principalmente numa sociedade que ainda, apesar da democracia instituída, sofre dos malefícios ditatoriais e a educação faz parte desse sistema quando notoriamente tem muito o que desenvolver nas questões da autonomia e descentralização.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico na escola tem sido um fio condutor para a prática da democracia e participação onde pretende-se que tudo seja conhecido e discutido com todos os envolvidos no processo.

No desenvolvimento desse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ficou claro que a Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira tem trilhado um caminho que dialoga com os interesses coletivos tendo um mesmo objetivo: a formação humana que se concretiza principalmente na proposta da educação de tempo integral.

No desenvolvimento deste TCC pode ser percebido que os objetivos descritos foram alcançados, ao apontar a importância do exercício de uma gestão democrática na garantia dos direitos a uma educação de qualidade e igualitária, apontando caminhos possíveis de implementação do projeto de educação integral. Estabelecendo estratégias para vencer os desafios na implantação das oficinas propostas, mostra-se a possibilidade de utilização dos espaços da comunidade como espaços educativos, demonstrando que é possível angariar e fortalecer parcerias para complementar os recursos humanos e financeiros na concretude das diversidades das atividades envolvidas, aspectos importantes que são marcados pela qualidade das atividades desenvolvidas e a utilização dos espaços da comunidade que contempla a ideia de pertencimento e valorização.

De acordo com Luckesi (2007, p. 5) uma escola é o que são os seus gestores, os seus educadores, os pais dos estudantes, os estudantes e a comunidade. A cara da escola decorre da ação conjunta de todos esses elementos.

Nessa perspectiva, a escola conquistou o respeito da comunidade que, através dos gestores, formaram uma rede articuladora, tornando-se sujeitos ativos no processo de formação das crianças e também de seus familiares.

Acredita-se que esse trabalho demonstra a importância do papel do gestor na dinâmica da vida escolar e da sua comunidade e, principalmente no que tange nos desafios e possibilidades na operacionalização do projeto educação integral. Esse gestor, indiscutivelmente faz parte da comunidade que inversamente o aponta como aliado na educação integral de seus filhos.

REFERÊNCIAS

BELO HORIZONTE, **Projeto Político Pedagógico da Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira**, 2014.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília: 1998.

_____. **Plano Nacional de Educação**. PNE/Ministério da Educação. Brasília. Disponível em < Projeto_de_lei_do_plano_nacional_de_educacao .pdf.> Acesso dia 22/05/2015.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394/96. Brasília: 1996.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. **Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira**. Educ. Soc., Dez 2002, vol. 23, nº 81, p.247-270.

DOURADO, Luis Fernando. **A Gestão Escolar Democrática: Definições, princípios, mecanismos de sua implementação**. Disponível em <<http://escoladegestores.mec.gov.br>> Acesso dia 22/05/2015.

FREIRE, M. **Rotinas: construção do tempo na relação pedagógica**. Cadernos de Reflexão. São Paulo, 1993.

_____. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2000.

LUCKESI, Cipriano. **Gestão democrática da escola, ética e sala de aulas**. Disponível em <<http://www.luckesi.com.br/textos/abc>>. Acesso em 14/06/2015.

MINAS GERAIS, **Projeto Estratégico Educação em Tempo Integral**, 2013.

MOLL, Jaqueline. **Centro de Referências da Educação Integral**. Entrevista concedida Júlia Dietrich. Disponível em <<http://educacaointegral.org.br/a-escola-tem-que-baixar-seus-muros-para-nao-ser-um-simulacro-da-vida-real>>. Acesso dia 16/05/2015.

_____. **Mais tempo para que?** Entrevista concedida a Gabriel Jareta. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos>> Acesso em 14/06/2015.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. SP: Ed. Ática, 2003. p. 15-27.

ANEXO: Projeto Político Pedagógico



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL
DONA AUGUSTA GONÇALVES NOGUEIRA

MARIA APARECIDA LAGE DE ALMEIDA FREITAS

NILCE APARECIDA VILAÇA CARVALHO

SILVANA DE ALMEIDA FERREIRA

VALÉRIA LIMA GONÇALVES

BELO HORIZONTE, 2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL
DONA AUGUSTA GONÇALVES NOGUEIRA

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Ariadia Ylana Ferreira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	03 a 04
1. FINALIDADES.....	05 a 08
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	09 a 13
2.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA	09 a 10
2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA	10 a 13
3. CURRÍCULO.....	14 a 15
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	16 a 17
5. PROCESSOS DE DECISÃO	18 a 19
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	20 a 20
7. AVALIAÇÃO.....	21 a 23
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24 a 25
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26 a 27
10. ANEXOS	28 a 31

INTRODUÇÃO

As Escolas Reunidas da “Barragem Santa Lúcia”, primeiro nome da Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira, foram instaladas por ato publicado no jornal “Minas Gerais”, do dia 13 de fevereiro de 1963. O prédio pré-fabricado de madeira possuía quatro salas de aula e uma pequena sala para diretoria. As aulas foram iniciadas em 18 de março de 1963, com oito classes de primeiro ano, sendo quatro constituídas de alunos repetentes, transferidos do grupo escolar “Dom José Gaspar” e quatro classes de primeiro ano novato, perfazendo um total de trezentos e três alunos.

Em 07 de dezembro de 1963 pelo decreto nº 7.288, as escolas reunidas “Barragem Santa Lúcia”, passaram a denominar-se: “Dona Augusta Gonçalves Nogueira”, em homenagem a falecida mãe do Dr. Mário Gonçalves Nogueira, que doou o terreno para que a escola fosse instalada. Foi pedida a transformação do estabelecimento em grupo escolar, o que veio realmente a acontecer em 21 de agosto de 1964, pelo decreto nº 7.814 / 1964.

A Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira, da rede estadual, está situada na rua Copérnico Pinto Coelho, nº 13, bairro Santa Lúcia, telefax 32964388, em Belo Horizonte, no Aglomerado da Barragem Santa Lúcia.

São oferecidos pela escola os anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos compreendendo:

I - Ciclo da Alfabetização, com a duração de 3 (três) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º anos.

II - Ciclo Complementar, com a duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 4º e 5º anos.

Atualmente, a escola atende 310 alunos do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental - comunidade de 06 a 10 anos de idade. São treze turmas do ensino regular e onze turmas do Projeto de Tempo Integral (PROETI). Assim, dos 310 alunos matriculados, 249 fazem parte do PROETI, que cumpre uma proposta curricular ampla que enriquece as atividades do ensino regular.

A comunidade escolar está inserida no Morro do Papagaio / Aglomerado Santa Lúcia - Barragem Santa Lúcia conhecida como uma das comunidades mais violentas de Belo Horizonte e com vulnerabilidade social significativa. Os alunos, em sua maioria, são frutos de uma família desestruturada, muitos pais usuários de drogas com baixo poder aquisitivo e com baixo ou nenhum grau de estudo. A grande maioria das mulheres-mães que trabalham exercem a profissão de doméstica e os homens são operários de obra, prestam serviços autônomos ou vivem de “bicos”. Há ainda os casos em que as famílias sobrevivem de benefícios como “bolsa escola” e “bolsa família”, contando com a escola para ajudar na sobrevivência dos filhos, que têm a oportunidade de permanecer na escola em horário de tempo integral.

A escola é considerada pela comunidade local e escolar como referência positiva na formação de seus alunos e como parceira na melhoria da construção social de seus moradores. O desafio da escola permanece na necessidade de atingir os níveis de ensino exigidos para transformar e diminuir as desigualdades sociais.

A educação especial na Escola Dona Augusta é reconhecida como direito e tem como objetivo assegurar a inclusão do aluno com necessidades especiais nas diversas atividades desenvolvidas no cotidiano da escola, favorecendo o desenvolvimento de competências, atitudes e habilidades necessárias ao pleno exercício da cidadania.

1- FINALIDADES DA ESCOLA

Sabemos que em uma sociedade globalizada, a escola é um local de formação de cidadãos reflexivos, pensantes, capazes de posicionar-se de maneira digna e responsável perante a sociedade. E todos os que fazem parte dela, desde o porteiro ao diretor, são particularmente responsáveis por essa formação do estudante.

Garantir uma educação de qualidade aos nossos alunos é o princípio primordial que permeia a nossa escola. O trabalho desenvolvido na Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira visa atender todas as etapas de desenvolvimento e processos da formação humana do estudante, considerando os princípios da cidadania e oferecendo alternativas de procedimentos didáticos específicos, diversificados, adequados, bem como a aquisição de habilidades e competências necessárias para sua vivência dentro e fora do ambiente escolar.

A educação de qualidade baseia-se em recursos humanos e materiais que vão desde a atuação do professor em sala de aula bem como os processos de ensino- aprendizagem, currículo, bem como os resultados do desempenho de cada aluno. E para chegar a esta educação de qualidade faz-se necessário uma participação de todos visando uma escola onde prevaleça a compreensão e a busca de uma escola eficaz.

A Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira tem como missão fundamental favorecer a formação individual e a percepção enquanto sujeito histórico, capaz de influenciar na construção de uma sociedade justa e fraterna, formando cidadãos reflexivos, capazes de posicionar-se criticamente perante a sociedade na qual fazem parte.

De acordo com as finalidades da educação nacional a Escola propõe adotar como princípios norteadores de suas ações pedagógicas os seguintes princípios da Resolução SEE/MG - nº 2.197/2012:

I- PRINCÍPIOS ÉTICOS:

De justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, gênero, etnia, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

II- PRINCÍPIOS POLÍTICOS:

De reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade e da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades.

III-PRINCÍPIOS ESTÉTICOS:

Do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente, a da cultura mineira e da construção de identidades plurais e solidárias.

IV-EDUCAR E CUIDAR:

Na Educação Básica, as dimensões inseparáveis do educar e do cuidar deverão ser consideradas no desenvolvimento das ações pedagógicas, buscando recuperar, para a função social desse nível da educação, a sua centralidade, que é o educando.

Cabe destacar ainda que os objetivos educacionais da escola são:

- I – Desenvolver um ensino de qualidade e equidade.
- II – Oportunizar aos alunos o desenvolvimento e participação de oficinas pedagógicas e culturais no contra turno.
- III – Criar e vivenciar projetos que contemplem os diversos aspectos sociais e culturais da comunidade local.
- IV – Estabelecer uma parceria com as famílias de maneira permanente e dialogada.
- V – Fomentar o espírito de empreendedorismo.
- VI – Reconhecer e utilizar os espaços do entorno da escola, transformando-os em espaços educativos, desenvolvendo o sentimento de pertencimento.
- VII – Desenvolver as propostas curriculares estabelecidas pelo sistema de ensino nacional e regional estabelecidas em legislações.
- VIII – Instituir práticas metodológicas e avaliativas que contribuam para o desenvolvimento pleno do aluno.
- IX – Valorizar e respeitar as diversidades humanas.
- X – Estabelecer e manter parcerias que contribuam para o desenvolvimento de ações almejadas pela comunidade escolar.
- XI – Primar pela prática de uma gestão democrática.
- XII – Atender o máximo de alunos no Projeto de Tempo Integral.
- XIII – Incentivar e criar condições para realização e participação em formação dos profissionais.
- XIV – Garantir o acesso e permanência de alunos com necessidades especiais atendendo as resoluções vigentes.

XV – Elevar o índice de proficiência da escola.

Sabemos que todo trabalho, exige colaboração, envolvimento e coerência em nosso modo de pensar e agir. A escola procurará realizar o fazer pedagógico, pautado nos princípios norteadores, citados abaixo, conforme Ilma Passos Veiga:

[...] A **Igualdade** de condições para acesso e permanência na escola. Acreditamos que é nosso dever amenizar a desigualdade, oferecendo democraticamente, oportunidades e condições reais de ingresso e permanência na escola. Igualdade de oportunidades requer, então, a expansão ou ampliação da quantidade de vagas oferecidas; ou seja, ampliação do atendimento com simultânea manutenção de qualidade do ensino oferecido.

A **Qualidade** da educação voltada para todos os estudantes e não somente como privilégio da clientela socioeconomicamente favorecida. A qualidade que buscamos tem duas dimensões:

- A dimensão técnica que é relacionada aos instrumentos e os métodos (significa a habilidade de manejar meios, instrumentos, formas, técnicas, procedimentos).

- A dimensão política é a competência humana do sujeito em termos de fazer história, diante dos desafios da sociedade humana, é a condição imprescindível da participação e da transformação, volta-se para os fins, valores e conteúdos.

A **Liberdade** (princípio constitucional) neste aspecto deverá ser associada à ideia de autonomia, pois ambas fazem parte da própria natureza da prática pedagógica. E ambas são relativas às regras e orientações criadas pelos próprios sujeitos desta prática, sem imposições externas; diante de seus limites e possibilidades e, portanto, elas se constroem na vivência coletiva e interpessoal.

A liberdade e autonomia poderão ser percebidas na relação entre administradores, professores, funcionários e alunos que estão envolvidos e têm sua parte de responsabilidade na construção desta proposta, no processo educacional e também no contexto social mais amplo. (VEIGA, 1998, p.3).

Acreditamos que a escola enquanto lugar de interação e convivência é capaz de possibilitar ao aluno oportunidades necessárias para o seu desenvolvimento e aprendizagem, levando em conta todos os aspectos da formação humana e todas as dimensões do homem; fazendo isso sempre com prazer e sensibilidade, pois a busca do prazer é essencial ao ser humano.

A Gestão democrática (princípio constitucional) tem sido uma referência em todas as decisões tomadas durante o processo de aplicação desta proposta nas

áreas pedagógica, administrativa e financeira, envolvendo todos os sujeitos numa construção coletiva em busca de soluções para os problemas do cotidiano de nossa escola, tentando romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática.

A gestão democrática neste sentido torna – se o fio condutor para a descentralização do poder, através da distribuição de tarefas e da participação coletiva e, conseqüentemente proporciona um trabalho realizado com vários olhares e pensamentos diversos permitindo assim um crescimento de toda o grupo envolvido.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

A escola tem uma estrutura física que comporta a demanda dos alunos e que atende as necessidades da comunidade escolar de forma geral. Caracteriza-se por dois prédios de dois andares, onze salas de aula, uma sala de informática, uma biblioteca que atende aos alunos e a comunidade, sala para atendimento aos alunos encaminhados ao atendimento especial, sala de jogos pedagógicos, sala de supervisão pedagógica, cantina e refeitório, área administrativa, sala de professores, sala de multimídia, depósito para merenda, fantasias e material escolar, duas quadras poliesportivas, dois espaços cobertos para recreação e outras atividades pedagógicas. Conta também com materiais didáticos e pedagógicos incluindo jogos lúdicos e pedagógicos, equipamentos de informática para serviços administrativos e oficinas de informática, recursos audiovisuais como televisores, aparelhos de som e DVD e retroprojetores, máquinas de Xerox e duplicador, utensílios domésticos, mesas, carteiras, cadeiras e armários, refrigeradores e freezer para acondicionamento de alimentos.

O quadro de servidores compõe-se de treze professores para as turmas do ensino regular, onze professores regentes de turma do PROETI, uma professora eventual, uma professora da biblioteca, dois professores de Educação Física para as turmas do PROETI, uma para Ensino Religioso, quatro professoras de apoio aos alunos com necessidades especiais que possuem laudo médico para acompanhamento, duas supervisoras pedagógicas, uma secretária, duas auxiliares de secretaria, sete auxiliares de serviços gerais, uma diretora e uma vice-diretora.

Do quadro de professores apresentado acima, quatro são efetivos, sendo os demais designados para o exercício de suas funções. Dos docentes, 80% possuem graduação e aproximadamente 50% possuem pós-graduação.

A formação continuada dos professores do primeiro ao quinto ano faz parte do curso PNAIC (Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa). Duas

professoras fazem pós-graduação, uma supervisora faz mestrado e os demais têm participado de encontros de formação oferecidos pela SEE (Secretaria de Estado da Educação) e pela própria escola.

Os recursos financeiros são oriundos do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), Programa Mais Educação e do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério).

Os recursos são gastos conforme orientação específica do objeto do termo de compromisso assinado com a SEE, ou seja, aquisição de produtos alimentícios para garantir a merenda / refeição aos alunos, aquisição de materiais de consumo e serviços para garantir o desenvolvimento das atividades com os alunos e aquisição de mobiliário e equipamentos.

Durante o ano são feitas diversas campanhas, bazares e festas junto com a comunidade para arrecadação de recursos para complementar os recursos financeiros recebidos, pois esses não são suficientes para atender as demandas.

2.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

As matrículas dos alunos na escola são feitas inicialmente dentro dos períodos estabelecidos no calendário escolar, divulgados pelos instrumentos legais, observando-se as exigências legais, relativos a idade e documentação, observando sempre o cadastro e zoneamento escolar.

Nenhuma matrícula é negada, por motivo de raça, sexo, condição social, convicção política e crença religiosa, bem como aos que necessitam de atendimento especial.

A direção tem atendido de maneira satisfatória a demanda escolar, incentivando a matrícula e a frequência dos alunos. A escola cumpre as orientações da Secretaria de Estado de Educação e mantém um número de 25 a 30 alunos em cada turma. Os alunos são enturmados de acordo com as considerações do

conselho de classe, observada a legislação vigente, idade, aspectos disciplinares e cognitivos.

O acesso à matrícula na escola acontece por meio do cadastro escolar que é feito na rede estadual de ensino que é único e obrigatório a todos os candidatos inclusive para aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades / superdotação.

É permanente a preocupação de todos da escola na garantia do acesso, percurso e permanência de todos os alunos que procuram à escola, trabalhando sempre na busca da construção de um ambiente acolhedor proporcionando assim, a igualdade de oportunidade e condições.

Cabe destacar que a escola adota a legislação abaixo relacionada. Essa estabelece as normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiências. Decreto Federal nº. 3298/1999 - Do Acesso a Educação:

Art. 24 Os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta responsável pela educação dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos deste decreto viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I-A matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoa portadora de deficiência capazes de se integrar na rede regular de ensino.

IV- A oferta, obrigatória e gratuita, da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino.

As reuniões pedagógicas acontecem semanalmente envolvendo grupos de professores, supervisão e direção. Esses momentos são para planejar, acompanhar e avaliar o processo pedagógico.

Os encontros com a comunidade são distribuídos sistematicamente em cinco momentos: reunião no início do ano letivo e mais quatro nos términos dos períodos bimestrais. Além desses encontros previamente estabelecidos, são realizados outros com as famílias em momentos individualizados e ou coletivos sempre que se faz

necessário. Também são realizados encontros com a comunidade para organizar e incentivar a participação em eventos festivos, cívicos e pedagógicos.

As professoras trabalham o processo ensino-aprendizagem através de atividades práticas e criativas, focando fatos e acontecimentos da atualidade, desenvolvendo a linguagem oral e psicomotora. O trabalho é realizado com foco no respeito às diferenças dos alunos e no desenvolvimento de projetos. Em anexo, relacionamos os projetos desenvolvidos na escola (Anexo A).

A escola conta com profissionais com formação adequada na área conforme lei vigente, espaços físicos acessíveis, mobiliário e equipamentos adequados às necessidades especiais e à faixa etária dos alunos. Conta ainda com uma equipe multiprofissional, formada através de parcerias nas áreas de educação, saúde, assistência social (geralmente o caminho tem sido via posto de saúde).

A proposta pedagógica, os planejamentos e as práticas pedagógicas são adaptados para o desenvolvimento de estratégias educacionais e sociais que favoreçam a formação plena dos alunos com necessidades especiais. Alguns pontos são destaque nessa proposta de inclusão:

- Desenvolver em toda comunidade escolar e local discussões relacionadas às condições de práticas de preconceito voltadas às pessoas com deficiência, apontando estratégias e mecanismos para avançar na perspectiva da inclusão;
- Promover práticas dentro e fora dos muros da escola, situações vivenciais de socialização e interação entre todos os alunos da escola e também com alunos das escolas de Ensino Especial.
- Fomentar junto à comunidade o conhecimento e reconhecimento, sobre os direitos e também os deveres que permeiam princípios da inclusão.
- A capacitação de todas as pessoas envolvidas no processo dar-se-á através de cursos oferecidos pela Secretaria de Estado e sempre que possível pela escola.

Para os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades / superdotação é possível a flexibilização do tempo na escola por até 50% (02 anos), limitado a 01 ano a cada ciclo.

A certificação de conclusão / histórico escolar segue o padrão estabelecido pela legislação vigente da rede. O registro de carga horária e do aproveitamento alcançado pelos alunos é obrigatório, utilizando os mesmos critérios para todos os alunos, sendo esse, a representação do desenvolvimento do aluno em relação a si mesmo e considerando-se o seu Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

3. CURRÍCULO

Nossa Escola entende o currículo como tudo aquilo que seja vivenciado no seu cotidiano, ou seja, as atividades e projetos programados e desenvolvidos sob a sua responsabilidade envolvendo a aprendizagem dos conteúdos escolares pelos alunos, na própria escola ou fora dela.

As diretrizes curriculares são elaboradas de acordo com as orientações da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, referendadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9.394/96; Resolução SEE MG n°. 2197/2012 e Resolução n°07 de 14 de dezembro de 2010 do Conselho Nacional de Educação e nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Assim, a composição curricular, contempla dois eixos:

- Base Nacional Comum: uma dimensão obrigatória dos currículos nacionais definida pela União.
- Parte Diversificada: também obrigatória, que se compõe de conteúdos complementares.

A integração da Base Nacional com a parte diversificada é feita através da construção coletiva da proposta pedagógica da escola e, ainda, havendo sempre um olhar sob a perspectiva da transdisciplinaridade, que permite o diálogo de um campo de saber para outro, indo além da concepção de disciplina e enfatizando o desenvolvimento de todos os aspectos da formação humana.

Na proposta curricular, os temas transversais: Ética, Saúde, Meio ambiente, Orientação sexual e Pluralidade cultural, são desenvolvidas de maneira dialogada, assegurando a articulação de toda a organização curricular, sendo também particularizados com o contexto da escola e da comunidade. As diretrizes estabelecidas acrescidas dos temas complementares definidos pelo coletivo de todos os envolvidos estão de acordo com a realidade e os anseios da realidade escolar.

O Brasil de hoje é marcado pelo aumento da incivilidade, da pobreza, da imoralidade, pelo crescimento dos aglomerados, da violência e pela concentração da riqueza. É nesse cenário que a Escola Dona Augusta Gonçalves Nogueira está inserida e é nele que ela se faz presente como instituição que articula, envolve, compromete e se fortalece, contribuindo para a valorização da diversidade cultural, formação plena dos educandos, na preparação para o exercício da cidadania e, sobretudo, no desenvolvimento de um trabalho voltado para uma educação de qualidade e igualitária.

A escola em conjunto com a comunidade e seus parceiros desenvolve projetos (anexo A) que contemplam as diversas linguagens e conhecimentos bem como uma prática de envolvimento acadêmico e social.

É oferecida a educação em tempo integral segundo a política educacional da Secretaria de Estado de Minas Gerais.

4 - TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira é regida em conformidade com as legislações do Estado de Minas Gerais:

[...] O Ensino Fundamental, com duração de nove anos, estrutura-se em 4 (quatro) ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos sequenciais:

I - Ciclo da Alfabetização, com a duração de 3 (três) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano;

II - Ciclo Complementar, com a duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 4º e 5º ano;

III - Ciclo Intermediário, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 6º e 7º ano;

IV - Ciclo da Consolidação, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 8º e 9º ano. Sendo ministrados na escola os dois primeiros ciclos, e também o Projeto Tempo Integral para 11 turmas. (Resolução 2197/2012 SEE MG)

A escola funciona com dois turnos de trabalho, matutino e vespertino. O ano letivo composto de 200 dias letivos é dividido em quatro bimestres, cumprindo o calendário oficial. São quatro horas diárias de aula ministradas pelo regente de turma. Durante as quatro horas diárias, em todas as atividades, na sala de aula e fora dela, os alunos têm acompanhamento e orientação do professor, inclusive nos momentos destinados a recreação, sendo os tempos diários das aulas divididos conforme plano curricular e proposta pedagógica.

Para o cumprimento da carga horária de trabalho e tempo de planejamento dos professores cumpre-se a legislação com a seguinte redação:

[...] Da carga horária obrigatória - Art.10 Conforme dispõe a Lei nº 20.592, de 28 de dezembro de 2012, a carga horária semanal de trabalho correspondente a um cargo de Professor de Educação Básica com jornada de 24 (vinte e quatro) horas compreende:

§ 1º - A atividade extraclasse a que se refere o inciso II compreendem atividades de capacitação, planejamento, avaliação e reuniões, bem como outras atribuições específicas do cargo que não configurem o exercício da docência. (Resolução 2.253/2013)

A estrutura física contempla a demanda das práticas pedagógicas do ensino regular e o desenvolvimento das oficinas do Projeto Tempo Integral.

A sala de informática e a biblioteca atendem aos alunos para pesquisa também os professores e comunidade, contando com uma professora auxiliar de biblioteca para desenvolver projetos de literatura e fomentar o gosto pela leitura

Uma quadra poliesportiva possibilita as atividades de Educação Física, eventos cívicos, apresentações dos alunos e também atende a demanda da comunidade que, diariamente é utilizada para a prática de esportes, momentos de lazer e cultura e especificamente, em momentos que envolvem interesses da comunidade local como reuniões de Orçamento Participativo

Dois espaços livres são usados para o desenvolvimento de recreação, jogos de xadrez, campeonatos esportivos e pedagógicos, oficinas de arte e artesanato, teatro e música.

Há uma sala de jogos de alfabetização matemática e letramento. Conta também com um espaço para atendimento aos alunos destinados a sala de recurso e atendimento aos alunos que precisam de intervenções pedagógicas específicas.

Assim, como a escola abre seus espaços para uso da comunidade, ela também usufrui de espaços externos, como por exemplo, as aulas de música em parceria com TJMG (Tribunal de Justiça de Minas Gerais) e a Paróquia Belvedere que são realizadas em um ambiente do vigésimo segundo batalhão de polícia, e alguns momentos de prática esportiva, passeatas de cunho pedagógico são praticadas nos campos da Barragem.

5 - PROCESSOS DE DECISÃO

O modelo de gestão adotado pela Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira privilegia uma liderança que delega funções para cada membro do grupo, a fim que possam trabalhar na perspectiva de identificar e resolver o problema; estimular o crescimento profissional, formando grupos mais participativos. Sendo assim, evidencia-se uma liderança compartilhada, uma vez que a comunidade escolar se comunica cada vez mais com a escola, o que gera confiança e compromisso para os membros externos e internos à mesma. Unindo forças, os conflitos organizacionais são resolvidos com mais eficiência. A motivação fortalece o profissional e a própria instituição, o que reflete no processo de ensino-aprendizagem.

O processo de tomada de decisão dentro de uma instituição não pode ser isolado; é fruto de opiniões, hipóteses geradas com a participação de todos nas decisões a serem tomadas, baseadas em atitudes de planejamento, trabalho consciente, esforço conjunto para conseguir uma decisão mais acertada que atenda ao grupo, preservando a integridade. Os membros do grupo devem estar comprometidos em acompanhar a solução do problema, assim o processo decisório torna-se mais adequado e demonstra a participação coletiva na tomada de decisão.

O diretor exerce uma função primordial dentro da instituição de ensino, sendo a peça mais importante na construção de uma escola democrática.

O Colegiado Escolar, com a estrutura e o funcionamento regulamentados por Resolução da Secretaria de Estado da Educação, é órgão representativo da comunidade nas escolas estaduais de educação básica de Minas Gerais e tem função deliberativa e consultiva nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira.

As funções de caráter deliberativo compreendem as decisões relativas às diretrizes pedagógicas, administrativas e financeiras previstas no Projeto Pedagógico da Escola.

As funções de carácter consultivo referem-se à análise de questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e à apresentação de sugestões para solução de problemas.

O Colegiado na Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira se reúne mensalmente, conforme cronograma registrado no Calendário Escolar. Ele conta com a participação representativa dos pais dos alunos, dos alunos, dos professores e dos servidores. Os pais têm se mostrado conscientes e prestativos e com desejo de acompanhar a escola em todos os aspectos, possuem boa formação e bom entendimento. Em outros tempos, esse segmento tinha muitas fragilidades. Com certeza, ainda é preciso melhorar, principalmente, com mais sugestões e propostas que beneficiem a escola.

6 – RELAÇÕES DE TRABALHO

É necessário que a gestão seja democrática e traga dinamismo para a instituição e que o PPP seja um instrumento de participação de todos os envolvidos. A aproximação das pessoas nas relações de trabalho traz harmonia, compreensão, sendo os conflitos resolvidos de maneira positiva.

As relações de trabalho da escola demonstram e provocam: interesses diferentes, disputa de poder, relações antidemocráticas, aspectos sociais abalados. Cabe aos segmentos da escola comprometer-se mais com os questionamentos e soluções possíveis para os conflitos gerados no interior da instituição, prevalecendo o bom senso e a qualidade do ensino desenvolvido.

A escola Dona Augusta ao longo de sua história tem demonstrado uma preocupação constante quanto a qualidade das relações no ambiente de trabalho, pois acredita que esse seja um fator fundamental para o desenvolvimento de um clima organizacional que proporcione a todos os envolvidos um ambiente acolhedor e prazeroso para todos os envolvidos no processo educativo tanto dentro como fora dos muros da escola.

Valorizamos um relacionamento amigável e respeitoso no ambiente de trabalho. É necessário que os professores, supervisoras, funcionários administrativos e alunos estejam motivados e felizes com o trabalho e estudo que realizam.

7 – AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem está sempre em processo de aperfeiçoamento, buscando ser investigativa, contínua, qualitativa e formativa. Ela busca conhecer o que alunos sabem e se os resultados estão próximos ou distantes dos objetivos educacionais propostos pela escola. É utilizada como instrumento de diagnóstico das dificuldades, permitindo o redirecionamento da prática pedagógica de forma que o ritmo do aluno seja respeitado, com atividades diversificadas que atendam às diferenças.

A avaliação contribui no levantamento de dados que podem redimensionar a gestão escolar, e com isso, a escola possa rever os planejamentos e metodologia de ensino e a própria prática avaliativa:

[...] Para o processo avaliativo, considera-se importante: analisar os resultados do SAEB relativos à escola; b) explorar as avaliações já desenvolvidas internamente pela escola ou pelo seu respectivo sistema; c) imprimir uma avaliação própria. (NAVARRO. MEC/SEB, 2004)

No que se refere aos alunos, esta forma de ser avaliado permite o acompanhamento de suas conquistas, suas dificuldades e suas possibilidades de superação.

Na escola o retorno da avaliação para o aluno acontece de forma contextualizada, priorizando a função formativa, incidindo principalmente sobre suas conquistas de modo a fortalecer a autoestima e a aprendizagem. O professor compartilha com eles as observações que sinalizam seus avanços e a superação das dificuldades, situando-os no processo de ensino-aprendizagem. Os pais também acompanham o processo de aprendizagem de seus filhos, se inteirando dos

avanços e das dificuldades para compreender os objetivos e as ações desenvolvidas pela escola.

A observação e o registro são os principais instrumentos de que o professor dispõe para pensar as devidas intervenções pedagógicas. O professor registra os processos de aprendizagens dos alunos, as interações que se estabelecem entre professores/alunos/funcionários, compondo um rico material de reflexão constante no processo formativo: atitudes, interesse, participação, assiduidade, aspectos comportamentais, participação da família e relacionamento intra e interpessoal.

No percurso do aluno é importante ressaltar que nos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos e na EJA Anos Finais, os alunos terão 50% a mais da carga horária regular. Este percurso é apoiado por estratégias de atendimento pedagógico diferenciado, devendo haver, durante todo o processo, uma avaliação contínua do desenvolvimento dos alunos de acordo com o ano em que se encontram. Dessa forma o processo de ensino aprendizagem será mais bem orientado e garantirá melhor empenho e desenvolvimento da prática educativa.

É importante que as práticas educativas, as escolhas metodológicas, as definições de conteúdos sejam coletivas e dialogadas pela escola. A escola estando organizada permite o combate à evasão do estudante.

São utilizados como instrumentos relacionados nas situações de avaliação que proporcionam diagnóstico, acompanhamento do processo de aprendizagem, apontando redirecionamentos metodológicos e propostas de intervenção para os alunos que apresentam necessidades específicas:

- portfólio: com uma mostra de atividades e registros necessários que demonstram o processo de desenvolvimento dos alunos;
- avaliações escritas mensais e bimestrais para verificação da aprendizagem e direcionamento do planejamento e redirecionamento do trabalho;
- simulados com questões semelhantes às avaliações externas;

- preenchimento de uma ficha individual de avaliação no diário da turma atribuindo conceitos A, B ou C no boletim escolar nos quatro bimestres.

Como parte importante da avaliação da aprendizagem, é realizado semestralmente o Conselho de Classe, com a participação, de todos os profissionais que trabalham com o aluno (professores de turma e especialista).

O Conselho de Classe tem como proposta acompanhar os progressos, assessorar a prática pedagógica, estabelecer mecanismos adequados para o acompanhamento do desempenho do aluno e se pautar nas discussões e ponderações dos professores no momento de enturmação. Propõe-se ainda discutir e buscar soluções para as dificuldades encontradas no desenvolvimento escolar dos alunos, completando assim um processo de avaliação global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico alinha o trabalho desenvolvido pela instituição de ensino e atua como um documento norteador e indicador de firmeza e segurança no processo de aprendizagem. Este documento valoriza o processo educativo, organiza a escola de forma interna e externa, implica no processo coletivo da construção de rupturas e reconstrução significativa frente ao processo de aprendizagem dos nossos educandos.

É imprescindível que o Projeto Político Pedagógico seja um processo democrático, participativo e dialogado. Os principais agentes sociais construtores de tal projeto são: alunos, professores, diretores, coordenadores pedagógicos, servidores da escola, pais e comunidade. Todos esses segmentos devem ser ouvidos, terem direito de defesa de suas ideias, e através de processos democráticos construir uma base; terem objetivos a serem conquistados, com metas e prazos a serem alcançados. A escola utilizará o PPP como instrumento de garantia ao aluno de uma aprendizagem de qualidade.

Consideramos importantes as orientações do Guia para a elaboração, revisão e/ou reestruturação do Projeto Político – Pedagógico das escolas Estaduais de Minas Gerais:

[...] A escola proporcionará momentos para o planejamento, à organização do trabalho escolar, de sua prática pedagógica para viabilizar a operacionalização dos Planos de Ensino, Planos de Aula, Planos dos Servidores da Escola, Plano de Intervenção Pedagógica, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino, a garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos e os resultados das avaliações internas e externas. (2014,p.45).

A avaliação do PPP deve então compreender um acompanhamento, ou seja, uma detalhada observação das práticas educativas diárias desenvolvidas pelos alunos, tendo em vista reconhecer como se encontram os mesmos em seu desenvolvimento global. Isto para manter informações úteis que visem uma melhoria no planejamento que conduzam a um trabalho mais efetivo e direcionado às reais necessidades dos alunos

Este documento está aberto a novas abordagens e projetos que proporcionem renovação durante toda sua caminhada de descoberta e construção de conhecimentos. Finalizando, esperamos que o Projeto Político Pedagógico seja mais um instrumento de luta por uma verdadeira gestão democrática, onde os atores desse processo possam valorizar o trabalho coletivo, buscando uma aprendizagem significativa, criativa e prazerosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); **OLIVEIRA**, João Ferreira; **SANTOS**, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. A qualidade da educação: conceitos e definições. 2010. <Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.> Acesso em 28/07/2014.

BRASIL. Decreto n. o 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei n.o 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 1999, Seção 1, n. 243, p.10-15. Disponível em: Acesso em: 09/03/2015.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de educação Básica, CONSELHOS ESCOLARES: Democratização da escola e construção da cidadania/ elaboração Ignez Pinto Navarro [et al] - Brasília: MEC, SEB, 2004.

JAPÉCANGA, Alaíde Pereira. A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica. [s.d.]. Disponível em: moodle3.mec.ufmg. 03/08/2014, às 22:14. ESCOLA DE GESTORES, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Curso de Especialização em Gestão Escolar. Sala PV. Belo Horizonte, 2014.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços. Educação & Sociedade, ano XXI, n.º 73, Dezembro/2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4210.pdf> . Acesso em 29/06/2014

LOPES, Alice Casimiro. Discursos nas políticas de Currículo. Currículo sem Fronteiras, v.6, n.2, pp.33-52, Jul/Dez 2006. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/lopes.pdf>. Acesso em 29/06/2014

O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa. Currículo sem Fronteiras, v.1, n.1, pp.35-49, Jan/Jun 2001. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org. Acesso em 29/06/2014.

MINAS GERAIS - Conselho Nacional de Educação. Resolução n.07 de 14 de dezembro de 2010.

MINAS GERAIS - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO .Resolução 2253/2013.

MINAS GERAIS - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. guia para a elaboração, revisão e/ou reestruturação do Projeto Político – Pedagógico das escolas Estaduais de Minas Gerais de agosto de 2014.

Resolução SEE nº 2197/2012 – Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998.p.3.

ANEXO A

Projetos da Escola Dona Augusta Gonçalves Nogueira (2015)

OFICINA DE INICIAÇÃO MUSICAL

Acontece semanalmente num espaço cedido pelo 22º Batalhão de Polícia, em parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais e a Paróquia Belvedere, sendo 40 alunos contemplados. Percebe-se um desenvolvimento substancial na oralidade, postura corporal, ritmo e movimento, além da imensa contribuição no processo de alfabetização e nas relações pessoais.

OFICINA DE INSTRUMENTOS MUSICAIS

Uma possibilidade através da parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais e a Paróquia Belvedere, desenvolvida numa sala de aula adaptada para esse fim, os alunos demonstram cada dia mais encantados com a possibilidade de construção de instrumentos musicais utilizando materiais alternativos, muitos deles reciclados, sentindo artistas e felizes, o que vem demonstrando um aumento na autoestima.

OFICINA DE REFORÇO ESCOLAR

A concretização desta oficina é possível através da parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais e a Paróquia Belvedere. As oficinas são desenvolvidas para ajudar a escola no desenvolvimento do processo de alfabetização e letramento dos alunos com dois ou mais anos de escolaridade e apresentam dificuldades / defasagem na leitura e escrita.

PROERD

(Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência), parceria com a Polícia Militar.

Diante da necessidade constante de uma intervenção quanto à violência e ao uso de drogas, a escola participa todo ano desse programa que muito tem contribuído para conscientizar nossos alunos dos perigos e a importância da preservação a saúde tanto física como mental. Além das oficinas ministradas pelos policiais, os professores dão continuidade às discussões e reflexões propostas no programa.

CULTURA E ARTE DO MORRO À BEIRA DA LAGOA

A Casa do Beco é o cenário onde se cria e vivencia grandes espetáculos representando a arte e a cultura da comunidade local e, nossos alunos são coadjuvantes neste cenário. São momentos únicos de encantamento e beleza que enriquecem e valorizam as pessoas que estão próximas da escola, amigos e familiares desempenham papéis de resgate a valores e situações reais de vida, promovendo intercâmbio de saber histórico. Grandes oportunidades culturais também são propiciadas pelas pessoas que gerenciam o espaço, diante das apresentações de espetáculos de teatro; e nossa presença é constante.

DANÇANDO NA ESCOLA

A mais de uma década na nossa escola, as oficinas de dança são desenvolvidas numa sala devidamente adaptada graças a parceria com a Cultura Inglesa, Unidade Cidade Jardim. As aulas são ministradas com profissionais do Centro de Dança Primeiro Ato, que garante a qualidade e envolvimento das oficinas. Nesse ano de 2014 contamos com o patrocínio da Empresa de Publicidade Perfil, que está localizada próxima a escola e que conhece a seriedade de todos e tem caminhado junto conosco e garantindo o desenvolvimento do projeto Dançando na Escola, que abraçado com muito orgulho pelos pais, familiares e por todos da comunidade.

SARAU LITERÁRIO

Durante o ano são desenvolvidos atividades de estudo, pesquisa e produções artísticas relacionadas a leitura e literatura. Os trabalhos desenvolvidos

são cuidadosamente guardados e, geralmente no mês de setembro, há o momento de culminância, denominado de Sarau Literário. No evento, a participação das famílias e da comunidade é intensa.

MOSTRA CULTURAL

A escola está estabelecendo uma relação de proximidade, de respeito e diálogo com toda a comunidade escolar e local. Essa relação se consolida a cada dia através da verdadeira valorização da cultura da comunidade. Esse projeto tem como propósito, a pesquisa, a identificação, a captação de pessoas, fatos e objetos, fazendo destes, fontes de significativas aprendizagens. No mês de novembro, há um dia para realização de divulgação, apresentação, exposições, palestras, stands, workshops... frutos do trabalho desenvolvido ao longo do semestre.

BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS

Nas aulas de Educação Religiosa, esse projeto é desenvolvido predominantemente, para trabalhar questões de hábitos e atitudes diante das brincadeiras e dos sujeitos. Assim, vivenciam situações de respeito, relacionamento interpessoal, cuidados necessários com os brinquedos. É reservado tempo para construção de brinquedos, resgatando suas histórias.

CUIDAR DO AMBIENTE É CUIDAR DA GENTE

Os ambientes do entorno da escola são sempre contemplados nas ações propostas pela equipe docente, pedagogia e administrativa. A preocupação de inserir atividades cotidianas como: operação formiguinha, passeatas na Lagoa da Barragem, construção e distribuição de folhetos de conscientização sobre o lixo, utilização adequada dos espaços e respeito ao patrimônio público, mas usados por eles (alunos e familiares, amigos) são de responsabilidade de todos. Nesse contexto faz-se necessário também estudo e práticas vivenciais sobre higiene pessoal e sua relação com a saúde.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação especial na Escola Dona Augusta Gonçalves Nogueira é reconhecida como direito e tem como objetivo assegurar a inclusão do aluno com necessidades especiais em atividades regulares desenvolvidas no cotidiano da escola, favorecendo o desenvolvimento de competências, atitudes e habilidades necessárias ao pleno exercício da cidadania.